**MODELO DE DECLARAÇÃO SUGERIDO AOS SERVIDORES DO CREA-RJ VISANDO SUA JUNTADA AO PROCESSO PARA AGRAVO DE PETIÇÃO**

**Obs.: O modelo aqui é mera sugestão. Cada um faz o seu de acordo com a situação específica do seu Enquadramento Ocupacional, que não concorda com ele ou, caso não tenha havido, declara que não obteve o mesmo em nenhum momento.**

Eu, \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, servidor do Crea-RJ, matrícula nº \_\_\_\_\_\_\_\_, identidade nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, admitido em \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, no cargo de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, atualmente enquadrado no cargo de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Nível X-YY, venho pela presente DECLARAR, para fins de fazer prova e de Direito, que:

- Fiz a opção pelo novo PCCS em 2011 na expectativa de teria perspectivas de progressão salarial nas carreiras que foram estabelecidas pelo novo Plano;

- Na adesão ao novo PCCS, em 2011, fui enquadrado no primeiro Enquadramento (**Enquadramento Cego**) no cargo de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_), nível X-YY (\_\_\_\_\_\_\_\_\_/YY);

- No segundo enquadramento (**Enquadramento Ocupacional**), que o Crea-RJ **alega ter feito em março de 2017**, somente em virtude de cumprimento de decisão judicial no processo nº 0001543-19.2012.5.01.0049 (**Ação de Cumprimento**), o Conselho atribuiu **xx NÍVEL(EIS)** no meu enquadramento na nova Tabela Salarial, passando o meu salário de R$ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_) para R$\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_), significando uma variação salarial de \_\_\_\_\_\_\_% de progressão; (**Aqui, quem não obteve NENHUM NÍVEL muda o parágrafo e coloca exatamente isso, que não teve Enquadramento algum no procedimento**);

- Na referida obrigação de cumprir, o Crea-RJ atualizou meu registro funcional passando meu nível de X-Y1 para X-Y2, **após praticamente 06 (seis) anos sem aplicar o Enquadramento Ocupacional**, apesar do meu tempo na organização (xx anos de casa), boas avaliações em gestões anteriores e dedicação exclusiva às tarefas do órgão;

- No mês de julho de 2017, **o Crea-RJ “expurgou” o Enquadramento Ocupacional efetuado no mês de março de 2017 e já comunicado oficialmente ao Juízo** do processo como cumprimento de sentença, aplicando ao meu salário o índice de 3,9870% (três vírgula noventa e oito por cento), sobre o salário de fevereiro, a título de **dissídio espontâneo**, conforme decisão da atual gestão do órgão, frustrando assim minha expectativa de progressão e meus direitos como servidor. (**Aqui cada servidor terá que confirmar se houve a aplicação do índice do Enquadramento e depois a concessão do reajuste salarial a título de “aumento espontâneo”, pois foi descontado o nível ou níveis concedidos a quem recebeu);**

Portanto, **declaro que continuo não concordando com as regras estabelecidas pelo Crea-RJ**, que causaram perdas salariais decorrentes da não aplicação correta do Enquadramento Ocupacional, DECLARANDO, também e para todos os efeitos legais, minha total discordância com a apuração de cálculos pelo perito especializado indicado pelo Juízo da 49ª Vara do Trabalho e surpresa pelo arquivamento do processo, após 07 (sete) anos de tramitação e levantamento de cálculos sem resultados concretos.

**Rio de Janeiro, \_\_\_de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 2019.**

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**